

A reativação interna

200 154
por José Cosado
de São Paulo

Começam a surgir sinais de reativação de setores industriais que dependem, essencialmente, do mercado interno. É a primeira vez que isso acontece nos últimos três anos e ainda não há uma definição de tendência. Mas os indícios foram observados em segmentos produtores de bens duráveis e não-duráveis — como material plástico, mobiliário e alimentos —, fazendo-se perceptíveis na ponta do comércio.

Para os empresários constitui uma boa surpresa, pois até agora sinais favoráveis só existiam em setores com produção voltada para o mercado externo.

Apostando que essa reação — ainda tênue — no consumo interno se manterá até dezembro, entidades empresariais como a Confederação Nacional da Indústria, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Federação do Comércio de São Paulo e instituições como a FIBGE e o Ipea já começaram a rever suas projeções sobre o

crescimento do setor industrial e do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano.

Os mais conservadores acreditam que o PIB ficará positivo, entre 1 e 2%. Outros julgam que o desempenho possa ir além, registrando-se um crescimento entre 4 e 4,5%, em relação ao ano passado.

A chave está na consistência da reativação do mercado interno. Dados da FIESP indicam que nos seis primeiros meses do ano o setor de alimentos caiu à taxa mensal constante de 10,5%; o de mobiliário, 5,0%; e o de material plástico, 25,0%. Em julho, porém, houve uma substancial redução no ritmo de queda, para 7,6% na área de alimentos, 2,2% em mobiliário e 22,5% em material plástico. Pesquisas preliminares da FIESP sobre o desempenho em agosto e setembro mostram uma continuidade da melhora nos níveis de produção desses setores.

E 'ato que os números ainda são negativos, "mas é evidente o começo da reativação interna", comenta Cláudio Bardeila, vice-presidente da FIESP.

Economia - Brasil
"Trata-se, certamente, de uma irradiação dos efeitos positivos dos setores agrícola e de exportação aos demais segmentos", interpreta, "e tudo indica que vai continuar."

José Augusto Savasini, secretário de Planejamento da Seplan, observou à editora Cláudia Safatle, de Brasília, a influência de outros fatores: no período agosto-setembro, o Imposto de Renda injetou Cr\$ 900 bilhões no mercado e o PIS-Pasep contribuiu com um adicional de Cr\$ 400 bilhões.

É certo que o comércio já está captando os reflexos desse movimento dos consumidores. Em agosto, o Clube dos Diretores Lojistas de São Paulo registrou um inusitado crescimento de 6,2% nas vendas totais em relação a julho. A Federação do Comércio de São Paulo, cuja pesquisa é mais abrangente, computou um aumento de 3,2%. As duas instituições apuraram, também, um acréscimo da ordem de 10% no segmento de eletrodomésticos. "Há uma reação notável e surpreendente no consumo", constata Abílio Diniz,

diretor-superintendente do grupo Pão de Açúcar, a maior rede varejista do País.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Arthur João Donato, disse ao repórter Walter Diogo, do Rio, que, embora os sinais não sejam ainda consistentes, há setores, como o da indústria farmacêutica, onde prevalece a euforia: as vendas devem crescer 10% em relação a 1983.

Outros segmentos, como o da indústria da construção civil — que a partir de outubro tem um fator de impulso adicional, com o bônus do BNH —, apostam firme na recuperação, anteendo uma melhora geral no poder aquisitivo dos consumidores com o começo de uma nova política de salários.

Mas empresários como Bardella, Diniz, Antônio Ermirio de Moraes e Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho observam que a hipótese de uma recuperação efetiva do mercado interno, por longo prazo, só estará assegurada com a adoção de um programa econômico diferente pelo novo governo, voltado à elevação do nível de emprego e dos salários e ao combate à inflação e à especulação financeira.

Isso tudo, acrescentam, dependerá da forma com que esse novo governo, que toma posse em março de 1985, negociará com os bancos credores estrangeiros. Toda a política econômica, lembram, continua, ainda, atrelada à questão dos dispêndios anuais do País na conta de "serviço" (juros mais amortização) de sua dívida externa.